

38º Encontro Anual da Anpocs - 2014
GT 10 – Democracia e Desigualdades

**Desigualdades de gênero e democracia – como as ciências sociais
brasileiras (não) trabalham com o tema**

Danusa Marques¹
Illyusha Montezuma²

¹ Professora adjunta do Instituto de Ciência Política e pesquisadora do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê) da Universidade de Brasília (UnB).

² Mestranda em Ciência Política e pesquisadora do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê) da Universidade de Brasília (UnB).

Introdução

Neste *paper* apresentamos uma exploração parcial dos dados do braço empírico da pesquisa “Desigualdades e democracia: as perspectivas da teoria política”, que está sendo produzido pelo Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades – Demodê/UnB desde 2011 através do mapeamento da discussão sobre democracia e diversas desigualdades na produção acadêmica brasileira das últimas décadas, com foco específico na desigualdade de gênero³. O recorte para esta análise inclui uma seleção de todos os textos que discutem a desigualdade de gênero no conjunto de artigos⁴ publicados entre 2000 e 2012 em três revistas centrais do campo das ciências sociais brasileiras: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (quadrimestral, publicada pela ANPOCS), *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* (quadrimestral, publicada pelo CEDEC) e *Dados – Revista de Ciências Sociais* (trimestral, antigamente publicada pelo Iuperj e atualmente publicada pelo IESP-UERJ)⁵.

Uma análise geral dos dados da pesquisa aponta que as desigualdades são bastante citadas nos artigos, mas há uma prevalência das desigualdades de classe e de renda, sendo a desigualdade de gênero uma categoria secundária (cf. MARQUES e MACHADO, 2014). O foco deste *paper* é analisar a abordagem dos textos que *discutem* a desigualdade de gênero. Deste modo, os artigos que apenas mencionam ou tratam desta desigualdade implicitamente não foram selecionados para a pesquisa, ainda que artigos que tragam uma breve discussão sobre o tema tenham sido incluídos no *corpus* da pesquisa.

Em uma pesquisa que tratava somente com a produção focada em participação de mulheres nos espaços de decisão (MATOS e MARQUES, 2010)⁶, a análise de dados sobre teses e dissertações defendidas entre 2000 e 2008 indicou que este tema é

³ Agradecemos as contribuições dos demais membros da pesquisa, que trouxeram importantes observações à análise dos dados até agora coletados: Carlos Machado, Luis Felipe Miguel, Flávia Biroli, Daniel de Mendonça, Ricardo Fabrino Mendonça, Luciana Ballestrin, Adrián Gurza Lavalle, Ricardo Silva e Claudia Feres Faria. Agradecemos também ao grande conjunto de assistentes de pesquisa que coletaram os dados aqui analisados: Nayara Macedo, Pedro Paulo de Assis, Ana Júlia França, Talita Maria, Daniela Duarte, Tayla Post, Laísa Cardoso, Júlia Hayes, Humberto Benincasa, Kimberly Anastacio, Ana Carolina Siqueira, Juliana Góes, Tayrine Dias, Maiara Totti, Eduarda Zoghbi, Gustavo José e Lucas Rodrigues.

⁴ Excetuam-se, portanto, resenhas, entrevistas e notas introdutórias.

⁵ Doravante, *RBCS*, *Lua Nova* e *Dados*.

⁶ A pesquisa se dedicou ao mapeamento das teses e dissertações que trabalhavam com gênero e política defendidas entre 2000 e 2008 e também de artigos publicados nas duas revistas feministas brasileiras mais importantes, *Revista Estudos Feministas* e *Cadernos Pagu*, entre 2000 e 2009.

muitíssimo pequeno nas produções de pós-graduação no Brasil: foram defendidas somente 385 teses e dissertações que se dedicavam a esta discussão, correspondendo a 0,35% do total de defesas de áreas de humanidades do período analisado (e 0,13% do total de titulações no país).

Consideramos, como um ponto de partida, que a discussão das relações de gênero na academia brasileira é pontual, localizado especialmente em revistas acadêmicas dedicadas a este debate, principalmente a *Revista Estudos Feministas* e a *Cadernos Pagu*. No entanto, ainda que de maneira discreta, a discussão sobre desigualdade de gênero é tocada nos artigos publicados nas revistas de temática ampla – tentando ultrapassar a tendência de “guetificação” do debate e chegando ao palco das principais discussões, considerando as revistas com alta circulação e avaliação da área. Deste modo, a análise da produção que chega ao *mainstream* das ciências sociais brasileiras é relevante para se compreender como o debate sobre gênero pode (ou não) reconfigurar a agenda de pesquisa da área, o tratamento dos estudos que se dedicam às análises sobre desigualdades e a influência dos argumentos sobre desigualdade de gênero nas pesquisas sobre a democracia.

Na discussão sobre teorias democráticas, o debate sobre desigualdades de gênero não costuma ser abordado como um ponto central. Já as discussões da teoria política feminista trazem claras críticas às concepções hegemônicas e também alternativas sobre a democracia – seja em relação ao excessivo formalismo dos direitos de igualdade da democracia liberal, sem reflexo na realidade cotidiana das sociedades ocidentais “democráticas”, por exemplo, ou também às fundações de vertentes teóricas alternativas, como o deliberacionismo, que apresenta como argumento principal a ideia de uso público da razão, fundamentando-se em um conceito de racionalidade universal que se desenvolve historicamente como bastante particular (masculino, heteronormativo, branco e burguês). Ao mesmo tempo, a teoria política feminista apresenta um compromisso claro de contestação do mundo para sua mudança.

Na teoria política, a influência das autoras feministas, que explicitam a influência das estruturas de dominação masculina na construção e reprodução do mundo social, pode ser sentida como menos incomum nos últimos anos. Abordagens desenvolvidas por autoras como Iris Young, Carole Pateman, Anne Phillips ou Nancy Fraser são consideravelmente mais recorrentes nas produções da área atualmente do que em um passado recente. Esta “impressão” deve ser analisada sistematicamente e

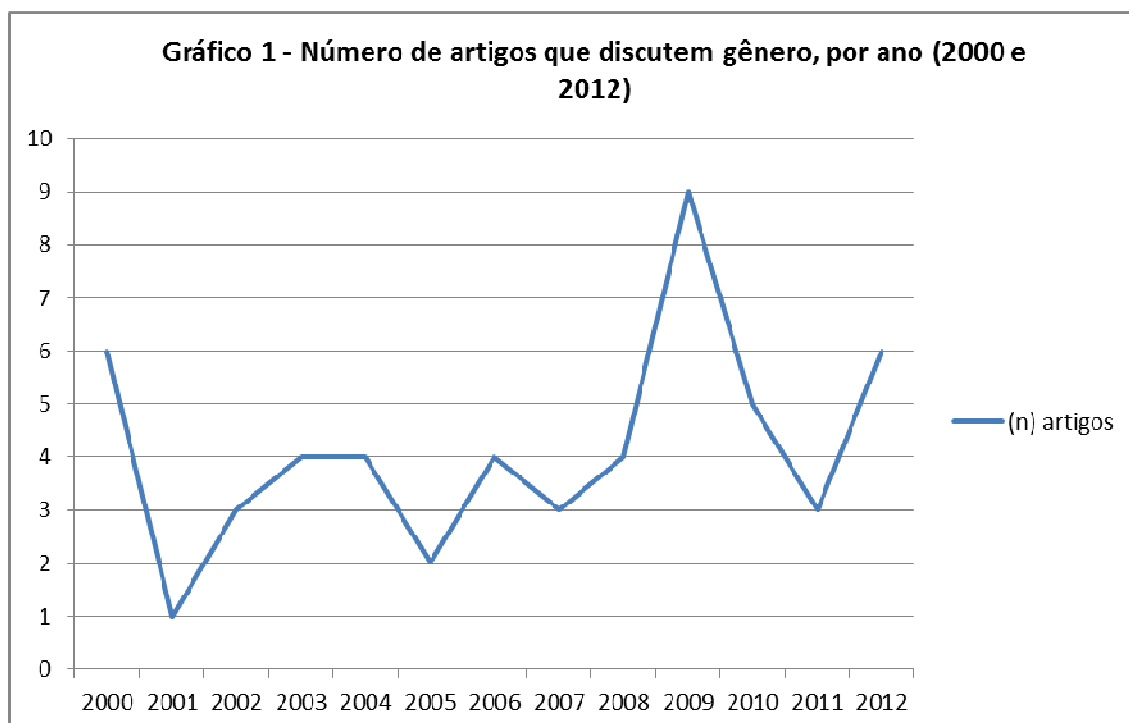
expandida para o conjunto de produções da área – esta é a motivação do presente trabalho.

Além de mapear quais pesquisadores/as realizam a produção selecionada e quantificar os artigos que discutem gênero e sua relação com as demais desigualdades abordadas nos textos, buscamos identificar a metodologia utilizada nos artigos publicados, as abordagens das teorias democráticas que são trabalhadas e a bibliografia referenciada pelos/as autores/as.

Quem discute a desigualdade de gênero?

Os dados analisados neste *paper* se referem aos 54 artigos publicados na *RBCS*, *Lua Nova* e *Dados que discutem desigualdade de gênero*, entre 2000 e 2012. Nesta seção apresentamos uma breve descrição dos dados referentes aos artigos, para contextualização.

No gráfico 1, a seguir, podemos observar a evolução do número de artigos que discute a temática que foi publicada por ano:



Fonte: as autoras, a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

Vê-se que a produção que discute a desigualdade de gênero não apresenta um padrão de publicação. Os periódicos analisados publicam poucos textos sobre desigualdade de gênero⁷: a *Lua Nova* apresenta uma discussão muitíssimo baixa sobre o assunto, enquanto a *RBCS* e a *Dados* possuem uma quantidade um pouco maior de artigos selecionados, embora não representem um número muito grande de artigos.

Tabela 1 - Número de artigos e frequência, por periódico, entre 2000 e 2012

Periódico	Artigos	%
RBCS	25	46,3%
Lua Nova	8	14,8%
Dados	21	38,9%
(n)	54	100,0%

Fonte: as autoras, a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

A tabela 2 apresenta os principais autores que publicam artigos na área:

Tabela 2 - principais autores em número de artigos publicados que discutem desigualdade de gênero, nos periódicos RBCS, Lua Nova e Dados, de 2000 a 2012

Autoras/es	Artigos	%
MIGUEL, Luis Felipe	4	0,7%
ARAÚJO, Clara	3	0,5%
DEBERT, Guita Grin	2	0,4%
RIBEIRO, Carlos Antonio Costa	2	0,4%
SANTOS, José Alcides Figueiredo	2	0,4%
(n)	54	100,0%

Fonte: as autoras, a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

As principais instituições, ou seja, a vinculação institucional dos autores que trabalham com o tema, é a seguinte:

Tabela 3 - Número de artigos e frequência de instituições cujos/as pesquisadores/as que publicaram artigos que discutem desigualdade de gênero, entre 2000 e 2012

Instituição	Artigos	%
UERJ	6	11,1%
UNICAMP	6	11,1%
UnB	5	9,3%
USP	4	7,4%
UFRGS	3	5,6%

⁷ Esclarecemos que este fato não é uma “denúncia” da linha editorial da revista, mas um retrato do espaço que o tema ocupa na publicação.

UFRJ	3	5,6%
IUPERJ	2	3,7%
UCAM	2	3,7%
UFJF	2	3,7%
UFMG	2	3,7%
UFSCAR	2	3,7%
(n)	54	100,0%

Fonte: as autoras, a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

Na Tabela 4, vê-se que a área disciplinar com maior número de artigos que discutem gênero é a Sociologia, que concentra quase metade do total de artigos analisados.

Tabela 4 - Número de artigos e frequência da área disciplinar dos autores nos periódicos, entre 2000 e 2012

Área de Estudos	Artigos	%
Sociologia	24	44,4%
Ciência Política	14	25,9%
Antropologia	8	14,8%
Ciências Sociais	2	3,8%
Comunicação	1	1,9%
Economia	1	1,9%
Demografia	1	1,9%
História	1	1,9%
Estudos da criança	1	1,9%
(n)	54	100,0%

Fonte: as autoras, a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

Como a desigualdade de gênero se apresenta nos artigos?

Nesta seção apresentamos o mapeamento geral do conteúdo do artigo. A preocupação central é a identificação da abordagem metodológica dos artigos e a presença de discussão de outros tipos de desigualdade no mesmo trabalho.

Em relação à metodologia, na Tabela 5 podemos observar que a abordagem empírica é mais frequente do que a não-empírica. Esses dados indicam uma variação deste conjunto em relação ao total de artigos publicados no período nestas revistas, visto que os artigos não-empíricos são mais frequentes no geral (cf. MARQUES e MACHADO, 2014).

Tabela 5 - Abordagem metodológica predominante dos artigos que discutem gênero, de 2000 a 2012

Abordagem metodológica	Artigos	%
não empírica	23	42,6%
empírica	31	57,4%
TOTAL OBS.	54	100,0%

Fonte: as autoras, a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

Na Tabela 6 pode-se observar que há um predomínio no uso de metodologia quantitativa nos estudos empíricos aqui analisados.

Tabela 6 - Tipo de empiria predominante dos artigos que discutem gênero, de 2000 a 2012

Tipo de empiria	Artigos	%
qualitativa	13	41,94%
quantitativa	18	58,06%
TOTAL OBS.	31	100%

Fonte: as autoras, a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

A Tabela 7 apresenta os outros tipos de desigualdade que se apresentam nos artigos que discutem desigualdade de gênero. As principais desigualdades que também são discutidas nos artigos são de classe, de renda, racial e educacional. Na seção seguinte deste *paper*, que apresenta a análise dos argumentos trabalhados nos textos, pode-se ver como estes temas foram abordados.

Ressalta-se que “desigualdade sexual” refere-se a todo o tratamento de questões de gênero no sentido ampliado. Neste trabalho “gênero” está sendo tratado em seu sentido restrito para avaliar como a abordagem sobre o tema se apresenta nos artigos: se está se referindo somente às relações entre homens e mulheres ou se trata sobre identidade de gênero e sexualidade de modo ampliado. Nos dados que a Tabela 7 nos apresenta, vê-se que as discussões sobre identidade de gênero não são discutidas em toda a sua complexidade.

Tabela 7 - Temáticas de desigualdade e sua abordagem nos artigos que discutem desigualdade de gênero, de 2000 a 2012

Desigualdades/ Abordagem	não aborda	implicitamente	menciona	discute	(n)
Classe	16 (29,6%)	6 (11,1%)	15 (27,8%)	17 (31,5%)	54 (100%)
Renda	19 (35,2%)	9 (16,7%)	11(20,4%)	15 (27,8%)	55 (100%)
Raça	26 (48,1%)	3 (5,6%)	10 (18,5%)	15 (27,8%)	56 (100%)
Etnia	41 (75,9%)	0 (0%)	8 (14,8%)	5 (9,3%)	57 (100%)
Sexualidade	48 (88,9%)	0 (0%)	2 (3,7%)	4 (7,4%)	58 (100%)
Geração	44 (81,5%)	1 (1,9%)	7 (13%)	2 (3,7%)	59 (100%)
Informação	48 (88,9%)	1 (1,9%)	2 (3,7%)	3 (5,6%)	60 (100%)
Educação	30 (55,6%)	10 (18,5%)	5 (9,3%)	9 (16,7%)	61 (100%)
Deficiência	48 (88,9%)	0 (0%)	4 (7,4%)	2 (3,7%)	62 (100%)
Regional	40 (74,1%)	1 (1,9%)	7 (13%)	6 (11,1%)	63 (100%)

Fonte: as autoras, a partir dos dados da pesquisa "Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política".

O que guia o debate sobre desigualdade de gênero?

Dos 54 artigos selecionados para análise, os principais temas identificados na discussão da desigualdade de gênero são as suas relações com:

- A esfera do trabalho;
- Os arranjos familiares e o âmbito doméstico;
- O acesso à educação formal e seus efeitos;
- Os direitos formais de cidadania, sua conquista e efetividade;
- A participação política das mulheres, o ativismo social e luta feminista;
- A desigualdade racial;
- Os debates da teoria feminista e o próprio conceito de desigualdade de gênero.

Gênero e trabalho

Do conjunto total de artigos analisados (54 textos), 33 incluem a desigualdade de gênero na esfera no trabalho em sua argumentação. Os textos focados especificamente na discussão sobre gênero e trabalho são, em sua maioria, da área de Sociologia, e apresentam uma metodologia convergente: abordagem empírica com análise quantitativa, investigando várias bases de dados amplas, como a PNAD e o Censo Demográfico. Os principais textos que trabalham essa questão abordam as questões do rendimento feminino inferior à média masculina, analisam a taxa de atividade feminina, o efeito da escolaridade nos rendimentos e no emprego, o efeito da conjugalidade e da maternidade no mercado de trabalho, trazem debates com as clivagens de raça e geração.

De modo geral, seus achados apontam que a questão da estrutura de viés patriarcal dos arranjos familiares é uma barreira à melhoria dos indicadores de igualdade de gênero no mercado de trabalho, não necessariamente pelo número de filhos das mulheres analisadas, mas pelas condições de divisão de trabalho doméstico com as quais convivem. Nesse sentido, as mulheres chefes de família estão em melhores posições se comparadas àquelas submetidas a arranjos conjugais tradicionais – desse modo, a recente mudança das famílias brasileiras, com mais mulheres as chefiando, aponta um avanço na direção da superação de modelos familiares tradicionais (cf. MONTALI, 2000; LAVINAS e NICOLL, 2006; SANTOS, 2008; DIAS JR., 2010).

Santos (2008) indica que a desigualdade de gênero é um fator contundente na subalternização feminina nas relações entre capital e trabalho:

O gênero se revela uma divisão social mais autônoma em relação à classe social quando essa divisão é confrontada com a divisão de raça. Existe no Brasil uma elevada desigualdade de tratamento de gênero, que parece suplantar a desigualdade de acesso a contextos e a recursos valiosos, e representa um ônus comum compartilhado pela mulher como uma decorrência direta do poder causal do atributo de gênero (SANTOS, 2008).

Todos os estudos trazem o debate sobre a divisão sexual do trabalho doméstico, o insulamento histórico das mulheres na esfera privada e sua marginalização (combinada com desigualdades de raça e classe, principalmente) como questões que fundamentam as desigualdades no âmbito do trabalho. Esses pontos são relevantes para se pensar qualquer saída deste cenário: o modelo de divisão do trabalho doméstico afeta

o nível de desigualdade de gênero no trabalho. Para superá-la, outros arranjos de divisão do trabalho doméstico precisam ser desenvolvidos (seja a redivisão privada dessas atividades, construindo novos arranjos familiares não-desiguais, e/ou a oferta de políticas públicas que desonerem as famílias (e, portanto, as mulheres) nestas atividades, por parte do Estado, como creches, extensão da licença familiar aos pais e uma ampla rede de seguridade social.

Gênero e família

Do total de artigos analisados, 24 abordam a família como um âmbito central para a discussão sobre desigualdade de gênero. Isso se deve, é claro, ao debate sobre divisão entre esfera pública, esfera privada e domesticidade, conjugalidade patriarcal, divisão sexual do trabalho doméstico, responsabilidades em relação ao cuidado e um debate mais amplo sobre a superação das marcas patriarcais da sociedade em várias esferas.

Como apresentado na seção anterior, o debate sobre o impacto do desenho familiar nas relações de gênero na esfera do trabalho é central entre os artigos analisados. No conjunto de artigos que trabalham com a discussão sobre família (e as desigualdades de gênero que fundamentam os arranjos familiares), apenas um não trabalha com os efeitos do caráter patriarcal das famílias para o trabalho, porque se dedica a discutir a construção da conjugalidade dentro do âmbito dos modelos matrimoniais e a noção de individualização (ABOIM, 2009).

Dois trabalhos se destacam por discutir as questões de raça concomitantemente com a discussão de gênero e família/relações conjugais: “Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista”, de Karl Monsma (2000) e “Condenados pelo desejo? Razões de estado na África do Sul”, de Laura Moutinho (2004).

Entre os trabalhos que citam relacionam a discussão sobre a divisão entre as esferas pública e privada, as divisão sexual do trabalho doméstico, a ética do cuidado e seus efeitos na esfera da representação política, destacam-se os textos de Luis Felipe Miguel (2000) e Miguel e Fernanda Feitosa (2009):

Os mecanismos de socialização de gênero ocupam uma posição central na conformação das práticas políticas femininas. A associação entre as mulheres e a esfera doméstica, com a conseqüente afirmação do espaço público como

território exclusivo dos homens, permanece atuante mesmo quando elas rompem as barreiras e ingressam no campo da política. Os dados mostram que as mulheres na política optam por temáticas afins a seu papel tradicional - e que essa opção reforça sua posição de menor destaque dentro do campo político (MIGUEL e FEITOSA, 2009).

Gênero e Educação

São 22 os artigos que apresentam debates sobre educação e gênero. Como indicado nas seções anteriores, a discussão sobre gênero, família e trabalho é a mais presente entre os artigos. Nos trabalhos de análise de dados empíricos “educação” é uma variável de controle recorrente, visto que indica um recurso importante para a mobilidade social. Deste modo, a maior parte das discussões sobre educação formal e desigualdade de gênero acompanha o debate maior sobre gênero e mercado de trabalho ou mobilidade social.

Dos debates que não correspondem a este viés, destacam-se os trabalhos sobre família e casamentos inter-raciais, que utilizam educação como variável de controle:

houve uma diminuição realmente significativa nas barreiras, dificultando o casamento entre pessoas brancas, pardas e pretas, bem como entre pessoas com níveis educacionais diferentes. Isso significa que a sociedade brasileira parece estar se tornando significativamente mais aberta aos casamentos cruzando barreiras educacionais e de cor. Isso não quer dizer, no entanto, que as barreiras de cor e educacionais não existam, mas indica uma forte tendência de diminuição dessas barreiras. Interpretando os casamentos como um indicador da proximidade entre os grupos de cor, podemos concluir que, pelo menos na esfera da sociabilidade representada pela união matrimonial, há uma crescente tendência de aceitação de pessoas de grupos de cor distintos, sendo a proximidade de brancos e pardos significativamente maior do que a de pardos e pretos (RIBEIRO e SILVA, 2009).

Há também estudos que utilizam “educação” como variável para analisar o seu impacto na chance de eleição de mulheres, como o estudo de Araújo e Alves (2007).

Igualdade de gênero como direito de cidadania

A visão da igualdade de gênero como um direito de cidadania apresenta relações dispersas com as demais abordagens dos artigos e está presente em 22 textos. É possível traçar alguns temas principais abordados, sem identificar textos que se dediquem exclusivamente à discussão da conquista de direitos pelas mulheres. Os principais temas que tocam esta categoria são a luta por direitos liberais, a própria problematização da ideia formalista dos direitos liberais (criticada pela teoria feminista), a inserção da discussão de gênero no âmbito dos direitos humanos, ações afirmativas como direitos políticos para mulheres enquanto grupo, as ações para garantia de direitos na Constituinte brasileira, as lutas por destradicionalização e superação da dicotomia entre esfera pública e privada, as conquistas feministas, os direitos trabalhistas e a seguridade social e, finalmente, a promoção de políticas públicas que efetivem direitos de gênero e raça.

A participação, o ativismo e a luta feminista

Apesar de aparecer em 20 dos 54 textos analisados, a discussão do ativismo feminista aparece de forma mais pontual, não aprofundada, em dois tipos de abordagens: aquelas que associam lutas por democratização como lutas por reconhecimento, articulando identidades, interesses e representação de grupos sociais, culturais, étnicos, raciais e de gênero; e aquelas que citam a importância das lutas feministas por conquistas de direitos formais para que atualmente as mulheres possam cobrar por sua efetividade e pressionar pela entrada no campo político. Deste modo, a discussão sobre sub-representação feminina na política e a implementação de cotas e outras ações afirmativas é acompanhada do reconhecimento das ações sufragistas, da luta feminista pela democracia e atual reivindicação por mais mulheres em espaços de poder.

Articulações entre gênero e raça

As discussões sobre raça e gênero estão presentes em 20 dos 54 artigos, mas, com exceção do texto de Laura Moutinho (2004), já citado na seção sobre família, que analisa as relações afetivo-sexuais "inter-raciais" no período do *apartheid* na África do

Sul, a presença da abordagem combinada entre gênero e raça se dá pontualmente nos artigos.

Como indicado nas seções sobre trabalho e família, raça é uma variável importante nos estudos sociológicos sobre mercado de trabalho, mobilidade social e também sobre casamentos inter-raciais. Como a maior parte dos textos toca as questões sobre trabalho e família, a variável raça tem forte presença nestas pesquisas.

Nas discussões sobre direitos formais, participação, políticas públicas e representação política, raça acompanha gênero enquanto variável que indica as exclusões do sistema político e novos grupos identitários que demandam poder político.

Os debates da teoria feminista

Dezoito textos se relacionam ao debate teórico sobre desigualdade de gênero e a inscrição destas questões no âmbito da teoria feminista. No entanto, majoritariamente os textos não se dedicam a uma ampla discussão teórica sobre os sentidos da desigualdade de gênero – eles trabalham pontualmente as questões que se relacionam ao seu objeto de pesquisa.

Do total de textos, apenas dois se aprofundam no debate da desigualdade a partir da teoria feminista: “Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação”, de Luis Felipe Miguel (2000) e “Espaços deliberativos e a questão da representação”, de Céli Pinto (2004).

Em seu texto, Miguel (2000) aborda os sentidos da desigualdade de gênero para a política a partir da teoria feminista e (re)construindo o debate desde as críticas ao pensamento maternal e as posições da ética do cuidado, passando pelo conceito de igualdade, da defesa da política de presença por Phillips, do trinômio interesses, opiniões e perspectivas de Young até chegar na discussão específica das cotas para mulheres na política.

Já Pinto (2004) parte da teoria feminista para traçar um caminho no debate sobre representação com diálogos mais amplos: parte da discussão sobre presença e inclusividade democrática, vai ao conceito de perspectiva de Young, passa pelo debate sobre cotas e chega ao conceito de “democracia associativa” e sua contribuição para o debate democrático.

Representação política

Dos temas, menos presentes nos artigos, é necessário ressaltar que treze textos se dedicam à discussão sobre a desigualdade de gênero na esfera da representação política, com foco nas disputas eleitorais. Estes textos passam pelas seguintes questões centrais: a denúncia e análise da baixa representação política feminina nos Paramentos, especialmente no Brasil; o debate sobre inovações institucionais para o crescimento da representação de mulheres, em especial as cotas de candidaturas femininas; a avaliação sobre desenhos de sistema eleitoral (com ênfase nas listas partidárias fechadas), sistemas partidários e ideologias partidárias, além dos processos de recrutamento político. Estas discussões giram em torno das discussões apresentadas principalmente pelos textos de Clara Araújo, que em 2001 pautou o debate sobre cotas para mulheres na política:

A política de cotas pretende tornar visível na agenda política a sub-representação das mulheres, estabelecendo responsabilidades partidárias e intervenções institucionais concretas visando a superação desse quadro. O balanço necessita, portanto, cotejar objetivos com resultados, simbólicos, que só serão mensurados no médio e longo prazos, e concretos, em termos de aumento de candidaturas, assim como o acesso efetivo aos cargos de representação, já que as mulheres, assim como os homens, quando se candidatam, pretendem se eleger, e não apenas competir (ARAÚJO, 2001).

A discussão sobre a efetividade das cotas compõe uma série de estudos, cada vez mais pontuando a insuficiência e falta de efetividade da lei de cotas brasileira:

Mais uma vez, os últimos resultados eleitorais no Brasil apontam para a fragilidade das cotas (estabelecidas pela Lei 9.504/97) como caminho de ampliação da participação política das mulheres. E isto nos instiga, ainda mais, a tentar entender sob quais condições políticas e sociais as mulheres tendem a obter melhores ou piores performances eleitorais (ARAÚJO E ALVES, 2007).

Outros autores também acompanham esta avaliação:

Uma vasta literatura tem apontado a inefetividade das cotas brasileiras. O sistema eleitoral de listas abertas impede que haja uma transferência mecânica de candidaturas em assentos no Parlamento, como ocorre em outros

países. É permitido o lançamento de um tal número de candidatos que as mulheres "não fazem falta" para os partidos - que, além de tudo, não sofrem nenhuma punição caso não preencham a cota. O resultado é que o crescimento da presença feminina no Poder Legislativo brasileiro, após a introdução da reserva de vagas, tem sido muito tímido (Araújo, 2001a; 2001b; Miguel, 2008) (MIGUEL e FEITOSA, 2009).

No artigo acima citado, Miguel e Feitosa exploram uma outra abordagem dos estudos sobre representação, focada no comportamento legislativo das representantes eleitas, ou seja, no momento do mandato. Em seu estudo, verificam que, além da dificuldade na entrada no campo político, o estabelecimento, acúmulo de capital político e construção de uma carreira política também é um desafio para as poucas mulheres que são representantes:

Ficou patente que a mera presença de mulheres no Parlamento, por mais necessária que seja, não representa capacidade igual de influência na formulação de políticas e na produção das representações do mundo social. A associação entre as mulheres e os temas de menor prestígio no campo político contribui para mantê-las em situação periférica e cobra, daquelas que ainda assim são capazes de ascender, o ônus de romper com as expectativas sobre seu comportamento (MIGUEL e FEITOSA, 2009).

Outros artigos que trabalham a questão da sub-representação feminina buscam também discutir o sentido conceitual da representação política e entre eles é marcante a presença do debate dos conceitos de Iris Marion Young, como o texto de Céli Pinto (2004). Iris Young é uma teórica feminista que se dedicou fortemente ao estudo da representação política, das teorias democráticas e das teorias da justiça e entre os artigos analisados consta, inclusive, um artigo de sua autoria (YOUNG, 2006), cuja tradução foi publicada pela *Revista Lua Nova*.

Direitos Reprodutivos

Não há intensos debates sobre direitos reprodutivos, embora essa questão seja citada em doze textos. Há um único artigo, de Matthew Gutmann (2009), que debate mais profundamente a questão dos direitos reprodutivos para pensar a construção social

da sexualidade *masculina*. Este dado é intensamente interessante, principalmente quando confrontado ao seguinte trecho do texto:

A esse respeito, finalmente, há nas ciências sociais um número surpreendentemente reduzido de estudos sobre gênero que tratem tanto dos homens como das mulheres. Embora a abordagem do tipo "ou uma coisa, ou outra" seja vantajosa em alguns contextos para alguns tópicos de investigação (para a América Latina, ver Gutmann, 2003), ela funciona também como um sério obstáculo quando se trata de examinar um assunto como a procriação. Na florescente literatura sobre partos e parteiras, por exemplo, os homens raramente recebem mais do que uma rápida referência, a despeito do papel fundamental que eles podem desempenhar antes e depois e durante o próprio parto. No que diz respeito à infertilidade, os homens vêm há muito sendo tratados como irrelevantes, ou, quando incorporados aos estudos, apresentados como aqueles que se recusam a admitir a possibilidade de que o problema é com eles (GUTMANN, 2009).

O único texto que investiga a questão dos direitos reprodutivos no conjunto analisado indica a baixa atenção dos estudos de gênero em relação à sexualidade masculina. Considerando a produção geral sobre este tema, normalmente veiculada em periódicos feministas, a afirmação realmente parece acompanhar a realidade destes estudos. No entanto, considerando o conjunto aqui analisado, é surpreendente que nas revistas de temática *mainstream*⁸ essa produção dedicada à análise da sexualidade feminina não tenha sido publicada e, ao contrário, o único artigo trate da sexualidade e dos direitos reprodutivos masculinos.

Violência de gênero

A discussão sobre violência de gênero aparece em doze artigos, normalmente com menções à agenda feminista, à cultura política e à sua relação com as populações marginalizadas (população de rua, migrantes etc.), mas somente em dois ela é o tema principal do texto. Em “Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas”, Guíta Grin Debert e Maria Filomena Gregori (2008) debatem os caminhos que a agenda de combate à violência de gênero percorreu, apresentando uma postura bastante crítica ao caráter muito predominantemente criminalista que o discurso militante adotou. Em

⁸ Ou *malestream*, em um trocadilho feminista.

“Representando corpo e violência: a invenção da "violência doméstica" em Timor-Leste”, Daniel Schroeter Simião (2006) apresenta uma análise do que denomina invenção do conceito de violência doméstica em Timor Leste, expondo as contradições e tensões desse conceito ocidental(izante) com a cultura timorense.

Cultura política e tradicionalismo de gênero

O debate sobre cultura política, tradicionalismo de gênero e estrutura social patriarcal aparece em onze artigos, sendo que é discutido com mais profundidade, em apenas um deles, “Gênero e a distância entre a intenção e o gesto”, de Clara Araújo e Celi Scalon (2006).

Esse artigo traz uma interpretação bastante próxima a uma tradição dos estudos de cultura política, que se inicia em Almond e Verba [1963] e chega a elaborações mais contemporâneas nos estudos sobre modernização cultural e política de Inglehart e Norris (2000), que, inclusive, tentam entender essas questões à luz das desigualdades de gênero, através de uma avaliação dos indivíduos sobre a sociedade e a política identificada por pesquisa empírica quantitativa baseada em *survey*. Essa tradição aponta para o conservadorismo político vigente na sociedade como um indicador do tradicionalismo (geral e de gênero), que atua como um filtro à entrada das mulheres (e quaisquer novos atores) no campo político, na conquista de direitos e na sua realização, principalmente no reforço do insulamento das mulheres na esfera privada. Nas palavras das autoras:

as mulheres, diferentemente dos homens, estão sujeitas a dois tipos de dependência – do mercado e da família –, e isto tem impacto sobre sua autonomia e a forma como organizam e orientam suas ações. O grau de mediação do Estado, por sua vez, poderia ter efeitos mais ou menos positivos sobre tal dependência à intensidade do deslocamento: do modelo mais tradicional ou de rigidez de papéis - homem provedor/mulher cuidadora - em direção a modelos duais mais igualitários de conciliação, ainda que predominantemente marcados pelo desigual envolvimento de homens e mulheres com a vida doméstica (ARAÚJO e SCALON, 2006).

As abordagens que usam o arcabouço teórico dos estudos de "cultura política", como alguns artigos aqui identificados, apresentam também uma metodologia específica: são estudos quantitativos que buscam identificar padrões de modernização política ou tradicionalismo político avaliando os níveis de urbanização e desenvolvimento humano das localidades analisadas. Também se vê uma abordagem compreensiva das desigualdades entre gêneros na discussão sobre o papel da família na estrutura social, a divisão entre esfera pública e esfera privada, a divisão sexual do trabalho doméstico e, por fim, o debate sobre a ética do cuidado.

Temas secundários no debate sobre desigualdade de gênero

As temáticas sobre desigualdade de gênero que apareceram entre os artigos analisados mas ocupam um espaço muito menor no debate do que as discussões já pontuadas são as seguintes:

- Políticas públicas (6 artigos);
- Diversidade LGBT (5 artigos);
- Representações na mídia (5 artigos);
- Questões geracionais (4 artigos);
- Questões indígenas (3 artigos);
- Desigualdade regional entre campo e cidade (3 artigos);
- Questões relacionadas à saúde (3 artigos);
- Abordagens históricas sobre gênero (3 artigos);
- Questões sobre religiões organizadas (2 artigos).

Embora os direitos de cidadania e a competição pelos espaços de decisão tenham sido questões debatidas, a análise de políticas públicas e sua relação com as desigualdades de gênero foi abordada em somente seis artigos. Dois deles tinham como tema principal o seu debate: em “Entre marido e mulher, o estado mete a colher: reconfigurando a divisão do trabalho doméstico na Suécia”, Carlos Aurélio Pimenta de Faria (2002) discute a regulamentação da seguridade social sueca com foco na reestruturação da distribuição do trabalho doméstico na família; em “Igualdade de gênero e raça no Brasil: uma discussão sobre a política pública de emprego”, Marcia de

Paula Leite e Silvana Maria de Souza (2010) discutem as políticas públicas de emprego no Brasil, com foco na interseccionalidade de gênero e raça. É bastante importante notar que nos dois artigos que realmente se dedicam (e não apenas mencionam) a discussão sobre políticas públicas e gênero, o foco seja as relações entre o mundo do trabalho e a esfera doméstica, um nó fundamental da estrutura social para a emancipação feminina que acompanha a discussão central do conjunto de artigos, como já indicado no início desta seção.

As questões relacionadas à diversidade LGBT e as representações na mídia aparecem em cinco artigos, mas as demais questões indicadas são bastante pontuais.

Como a desigualdade de gênero se relaciona com as discussões sobre democracia?

Pode-se afirmar que a maior parte das abordagens sobre democracia entre os artigos aqui analisados se constrói em uma crítica ao excessivo formalismo da democracia liberal, que gera, como consequência, exclusão social ampliada.

Ainda assim, alguns textos que discutem a desigualdade de gênero partem de pressupostos da democracia liberal, sem questionar seus fundamentos, para seguirem com suas análises. O artigo de Álvares (2008) sob sub-representação feminina é um exemplo:

O sistema democrático representativo se legitima pelo consenso verificado por meio de eleições livres e do sufrágio universal, sendo os atores principais nesse sistema os partidos políticos e os cidadãos e cidadãs que participam, quer com direito a se eleger, quer com direito a eleger outrem para um determinado cargo político em um período específico (ÁLVARES, 2008).

Nesse sentido, é importante ressaltar que muitas das discussões sobre democracia destes artigos se localizam no debate sobre representação política. Um exemplo é o texto de Araújo (2001), cujo ponto de partida é a afirmação de que “na última década, sobretudo, muitos estudos na área de gênero vêm desenvolvendo uma análise crítica sobre os limites do acesso das mulheres às instâncias decisórias da democracia representativa e sobre suas práticas políticas institucionais” (ARAÚJO, 2001). Apesar de criticar as limitações na introdução de seu texto, justificando a luta por

inclusão feminina pelas reivindicações por reconhecimento, a autora mergulha na discussão sobre cotas de candidaturas para processos eleitorais e não retorna à discussão do sentido restritivo das instituições democrático-liberais.

A discussão sobre representação política, gênero e minorias é muito marcada pelas ideias de Anne Phillips e Iris Young. Esta última teve a tradução de um de seus textos sobre representação publicada em 2006 pela *Lua Nova*, o que marcou substancialmente o debate brasileiro sobre representação e inclusividade democrática. Ali, Young (2006) se dedica à discussão sobre a exclusão da esfera da representação política, problematizando este conceito através do debate com deliberacionistas em relação à exigência da deliberação pública face-a-face de seus modelos. Segundo a autora, a representação é uma instituição necessária (principalmente porque ninguém consegue estar em todos os lugares em que decisões que afetam sua vida são tomadas, ao mesmo tempo) e é preciso entender que a representação deve ser relacional. Para lidar com a representação, portanto, deve-se fortalecer o momento de prestação de contas. Ela, no entanto, não abre mão da comunicação face-a-face: traz uma proposta de fortalecimento democrático de inspiração deliberacionista, mantendo a representação política:

Assim, posso agora trocar em miúdos a proposição de que numa democracia comunicativa inclusiva a representação e a participação não são excludentes, mas requerem uma à outra. As instituições representativas contribuem para organizar as discussões e as tomadas de decisão políticas ao introduzir procedimentos e uma pertinente divisão do trabalho. Dessa forma, os cidadãos têm objetivos em torno dos quais podem se organizar entre si e tomar parte em discussões, críticas e avaliações antecipatórias e retrospectivas. Sem essa participação cidadã a conexão entre representantes e eleitores fica mais sujeita a romper-se, fazendo do representante um agente da elite. De sua parte, os representantes devem responder a esses processos participativos. As esferas públicas da sociedade civil são importantes arenas para a participação cidadã e contribuem para manter tais conexões (YOUNG, 2006).

Neste texto, Young (2006) apresenta a sua proposta de representação de interesses, opiniões e perspectivas, para a defesa da inclusão minoritária nas esferas decisórias. Ela parte de um viés feminista, explica seus conceitos através da problematização das desigualdades de gênero e raça e sua concepção influencia muito

os textos que trabalham com representação política e minorias. Além de influenciar os trabalhos sobre gênero e representação, recebe críticas também:

Não fica claro, na obra dela, se a perspectiva se associa à dominação social – isto é, se trabalhadores e patrões, mulheres e homens ou negros e brancos possuem perspectivas diferenciadas por efeito das estruturas de uma sociedade classista, machista e racista – ou é um atributo do "ser-no-mundo". Também não é clara a relação que se estabelece entre vivência e pensamento (MIGUEL, 2011).

Apesar destas críticas, Miguel (2000) já tinha utilizado o conceito de perspectiva de Young para explicar a defesa da implementação de cotas para mulheres na política, depois de mostrar uma reconstituição da combinação entre democracia e liberalismo. Segundo o autor, o liberalismo tem uma visão “protetora” da democracia, que entende o voto como uma proteção dos indivíduos ao risco de abuso de poder do governo, portanto deposita nesta instituição toda a legitimidade do modelo, abrindo mão de ideias de autonomia, autogoverno ou soberania popular. A defesa do formalismo individualista dos direitos liberais (no entendimento de que todos somos iguais perante à lei, cada um é o melhor juiz de seus interesses e mulheres, como formalmente iguais, poderiam agir através de seu voto para corrigir sua sub-representação) impede a defesa da necessidade das ações afirmativas. Recuperando a concepção de Phillips de política de presença, para quem as ações afirmativas são uma medida provisória para corrigir desigualdades históricas, Miguel (2000) complementa com a concepção de perspectiva social de Young:

Neste sentido, é interessante o deslocamento proposto por Iris Marion Young (1997), que fala em "perspectiva social" em vez de "interesse". O acesso das mulheres às deliberações públicas é necessário não porque elas compartilhem das mesmas opiniões ou interesses, mas porque elas partem de uma mesma perspectiva social, vinculada a certos padrões de experiências de vida. A palavra é significativa: trata-se de um ponto de partida, não de chegada. Young está ligada a uma visão algo habermasiana de "democracia deliberativa", que busca um ideal de diálogo desprendido e voltado para o consenso, cedendo pouco espaço à noção de interesse. Ainda assim, sua abordagem é importante, pois mostra que a necessidade da presença das mulheres (como de outras minorias) na arena política não é suprimida caso se

encontrem outras formas de proteger seus "interesses", qualquer que seja a forma pela qual eles sejam concebidos (MIGUEL, 2000).

No texto de 2011, em que questiona a categoria de perspectiva de Young, Miguel faz uma “crítica das abordagens críticas” à democracia liberal, através do debate do conceito de representação na ciência política brasileira contemporânea. Aponta as limitações de concepções que entendem as organizações da sociedade civil como atores passíveis de serem compreendidos como representantes, assim como os modelos de representação virtual, visto que abrem mão dos mecanismos de autorização e accountability (próprios da democracia liberal).

Sua fala acompanha preocupações expressas em artigo de Jean Cohen (2003), publicado na *Dados* e aqui analisado. A autora se preocupa exatamente com a regulamentação das instituições democráticas em um contexto de tendência de transferência de tomada de decisão para a sociedade civil organizada e suas redes. Sua preocupação é: quem controla esses grupos?

Embora pareça irônico concluir desta forma um ensaio sobre a sociedade civil, eu diria que a principal tarefa de hoje é construir uma sociedade política responsável e responsabilizável nas instituições globais e reconstruir as sociedades políticas e os desenhos institucionais nacionais que parecem estar em crise (principalmente nos Estados Unidos), se quisermos assegurar uma relação saudável e eficiente entre a sociedade civil, os direitos humanos, o estado de direito, a democracia e a justiça social (COHEN, 2003).

Pensando no aprofundamento democrático, com a promoção da inclusão das minorias políticas à esfera da tomada de decisões políticas, Miguel e Feitosa (2009) afirmam que as discussões sobre igualdade de gênero são um desafio da própria democracia que exige muitas mudanças estruturais:

A ampliação da igualdade política não é um problema que diz respeito apenas às mulheres - ou a qualquer outro grupo em posição subalterna. Trata-se de um desafio a ser enfrentado por qualquer sociedade que se queira democrática. O enfrentamento da questão exige medidas no âmbito dos processos eleitorais, como as cotas; exige mudanças culturais que garantam o reconhecimento desses grupos - no sentido de Fraser (1997; 2003); exige a redistribuição dos recursos materiais que possibilitam a ação política, entre

eles o tempo livre, e exige também transformações na dinâmica das próprias instituições representativas, impedindo-as de simplesmente reproduzir as hierarquias já estabelecidas (MIGUEL e FEITOSA, 2009).

Outras visões sobre a democracia que expressas nos textos aqui analisados discutem princípios da democracia a partir de outras correntes teóricas. Álvaro de Vita (2011) apresenta seu entendimento sobre igualdade de gênero dentro de um enquadramento do liberalismo igualitário. Caminhando pelos debates liberais sobre teorias da justiça, o autor alia a ideia de promoção da igualdade de gênero a uma exigência universal do liberalismo igualitário:

Não se supunha, no século XVIII, que houvesse alguma incompatibilidade entre a linguagem moral dos direitos iguais e a escravidão e formas patentes de tratamento desigual entre homens e mulheres, no casamento, nas oportunidades educacionais e ocupacionais e nos direitos políticos. No entanto, parece razoável supor que o fundamento normativo que já se exprimia mesmo nessa concepção restrita de justiça liberal, a ideia de que todos os cidadãos merecem um tratamento e um respeito iguais, forneceu o combustível moral necessário para que um grande número de pessoas passasse a perceber essas desigualdades como formas intoleráveis de injustiça (de VITA, 2011).

O autor deixa de incorporar, claramente, as interpretações da teoria feminista que apontam que o universalismo é parte fundamental da estrutura de dominação liberal, visto que apaga as diferenças que são constituintes das identidades (coletivas) dos indivíduos, elimina a alteridade e dicotomiza os indivíduos. A crítica de Young (1986) à imparcialidade, para citar uma autora popular neste *paper*, daria conta de esclarecer a falácia do universalismo.

Através de outra abordagem, mas também universalizando o conjunto de indivíduos através do conceito de “plebeísmo”, Cicero Araújo (2000) relaciona democracia e igualdade de gênero em termos formais do sentido de democracia e de república. Afirma que uma concepção de cidadania democrática é realizada pela interpretação do civismo (ideal de excelência no exercício da cidadania), do plebeísmo (ideal de extensão da cidadania) e do pluralismo (ideal de tolerância com diferentes estilos de vida). Ele expõe as tensões entre civismo e plebeísmo explicando as lutas por direitos de cidadania de trabalhadores e mulheres:

Poder-se-ia pensar que reconhecer ao proletário o direito de ingressar na comunidade política seria o equivalente moderno de reconhecer, se isso tivesse sido possível, ao escravo antigo tal direito. Porém, o escravo pertencia à *oikos* e não ao mercado. Se o proletário é totalmente destituído de propriedade, pelo menos é um homem livre, o que facilita o reconhecimento da cidadania. Os últimos prisioneiros modernos da *oikos*, portanto, eram a mulher e os filhos. Os filhos sempre o foram apenas provisoriamente. Mas para que a onda de plebeização atingisse a mulher, seria necessário que os portões da *oikos* fossem arrebatados, empreitada provavelmente impossível se a última não tivesse se transformado na família burguesa, emancipando o sexo feminino. E da mulher emancipada para a mulher cidadã, num contexto de igualdade de condições, não seria necessário mais que um passo.

O burguês, o proletário e a mulher são as figuras politicamente mais execradas pela tradição republicana, porque são a própria encarnação do afrouxamento das exigências de excelência no exercício das obrigações da cidadania. Mas são justamente elas as principais contempladas pelo plebeísmo (ARAÚJO, 2000).

Uma outra visão sobre democracia que se relaciona aos textos aqui analisados, que discutem a desigualdade de gênero, é o conceito de “democracia cosmopolita” e a promoção dos direitos humanos, aqui exposta nas palavras de Sérgio Costa (2003):

Os diferentes aportes à tese da democracia cosmopolita buscam mostrar a necessidade e a viabilidade de se encontrar formas de governar o mundo para além das fronteiras dos Estados existentes, uma vez que a economia, a política e a cultura se descolaram da moldura territorial do Estado-Nação. Dois componentes, apresentados ora como dados da realidade, ora como desiderato político, aparecem como ingredientes recorrentes de um tal governo global "cosmopolita", a saber, a existência de uma ética universal dos direitos humanos e de uma sociedade civil mundial (COSTA, 2003).

Assim como exposto por Costa (2003), essa visão inscreve a igualdade de gênero na gramática dos direitos humanos, assim como a busca da igualdade étnica e racial – e ela é bastante presente nos demais textos que discutem direitos humanos. Assim como a visão do liberalismo igualitário efetua a universalização de identidades específicas, o mesmo ocorre com a visão sobre direitos humanos: igualdade de gênero,

de raça ou de etnia perdem suas especificidades, que são justamente o que as constrói e justifica.

Por fim, vale assinalar que na discussão sobre democracia o tema da articulação entre gênero e raça e a crítica à visão de democracia racial também é presente. Nesta abordagem, democracia não é entendida como sistema de governo, mas está associada a uma igualdade de costumes. O mito da democracia racial, como ilustra Moutinho (2004), tenta aliar a ideia de impedimentos de ascendência a posições superiores na hierarquia social com a manutenção de padrões racistas na estrutura da sociedade:

No sistema brasileiro, como apontou Peter Fry (1996, 2000), a ideologia da "democracia racial" convive com a ideologia do "racismo": não se pode dizer que uma seja mais "real" do que a outra, tendo em vista que ambas são representações sociais calcadas na "raça", de fato contraditórias, que todavia orientam a ação social. Nesse quadro social, há, em concomitância com o "racismo", a possibilidade de mobilidade (e manobra) social mediante a incorporação de certos signos de status – algo que foi distinguido na literatura que tratou do tema entre o matrimônio formal e o informal, como o concubinato e o amasiamento. Mas, cabe ressaltar, que tal distinção acompanhou a hierarquia entre os gêneros, tendo em vista que, grosso modo, se registra o casal homem "branco"/mulher "mulata" no concubinato e no erotismo; e, ao casal homem "negro"/mulher "branca", recai a possibilidade de casamento formal, ainda que por interesse. A literatura sobre o tema destaca – ainda que muitas vezes de forma sub-reptícia – que se esse homem "negro" compensar o seu status inferior, dado com a aquisição de títulos de prestígio, poderá ser inserido no sistema de trocas e reciprocidade formais (MOUTINHO, 2004).

Qual bibliografia é mobilizada nestes artigos?

O autor mais citado entre os artigos analisados é Pierre Bourdieu. O predomínio das análises sociológicas pode explicar esse número, além de claramente explicar a segunda maior referência, Nelson do Valle Silva, sociólogo cujos estudos ilustram muito bem a tendência geral dos artigos aqui analisados: análise empírica quantitativa multivariada, que considera tanto as questões de classe e renda como as variáveis de gênero, educacionais e, especialmente, raciais.

Tabela 8 - Autores mais citados na referência bibliográfica dos artigos que discutem desigualdade de gênero, de 2000 a 2012

Bibliografia	Referências	%
BOURDIEU, Pierre	14	0,7%
SILVA, Nelson do Valle	9	0,5%
ARAÚJO, Clara	6	0,3%
FRASER, Nancy	6	0,3%
PHILLIPS, Anne	6	0,3%
SCALON, Maria Celi	6	0,3%
BECK, Ulrich	5	0,3%
BUTLER, Judith	5	0,3%
GIDDENS, Anthony	5	0,3%
HABERMAS, Jürgen	5	0,3%
IBGE	5	0,3%
NORRIS, Pippa	5	0,3%
YOUNG, Iris Marion	5	0,3%
BAUMAN, Zygmunt	4	0,2%
BOZON, Michel	4	0,2%
DURKHEIM, Émile	4	0,2%
FOUCAULT, Michel	4	0,2%
GREGORI, Maria Filomena	4	0,2%
HASENBALG, Carlos Alfredo	4	0,2%
HEILBORN, Maria Luiza	4	0,2%
MIGUEL, Luis Felipe	4	0,2%
SANTOS, Boaventura de Sousa	4	0,2%
WEBER, Max	4	0,2%
XIE, Yu	4	0,2%
(n)	1981	100,0%

Fonte: as autoras, a partir dos dados da pesquisa “Desigualdade e democracia: as perspectivas da teoria política”.

É interessante notar que Iris Young não está no topo da lista de bibliografia utilizada. Vê-se que sua teoria é muito relevante enquanto referência para o debate nos textos que se dedicam com mais profundidade às relações entre democracia, representação e desigualdade de gênero, mas outras autoras feministas são mais citadas do que ela, como Anne Phillips e Nancy Fraser.

Conclusão

A análise focada nos artigos que discutem desigualdade de gênero nos periódicos hegemônicos das ciências sociais brasileiras trazem muitos achados relevantes. O principal deles é que este é apenas um subtema com nenhuma regularidade padronizada de publicação.

O segundo ponto relevante é o entendimento de que existe uma área que tem contornos claros no tratamento desta questão: são estudos de viés sociológico, focados nos efeitos do gênero para a esfera do trabalho. Muitos destes estudos avaliam os efeitos combinados de gênero com raça e educação, buscando compreender como todas essas desigualdades afetam as chances de mobilidade social ou de ocupação das mulheres e dos homens, considerando as dificuldades que a divisão entre esfera pública e privada impõe às mulheres, por condicionar os arranjos tradicionais de divisão do trabalho doméstico.

Especificamente na discussão sobre democracia e desigualdade de gênero o foco maior é de estudos da ciência política que se analisam a desigualdade de gênero na esfera da representação política. Os estudos que citam ou exclusivamente se dedicam à análise das cotas para mulheres na política são predominantes neste “nicho”. Apesar de alguns estudos apenas pontuarem suas críticas ao modelo democrático liberal, a maior parte dos estudos que debatem mais profundamente as relações entre democracia e desigualdade de gênero apresenta inúmeras críticas às concepções procedimentais da democracia, principalmente porque o formalismo dos direitos liberais é um dos principais impedimentos à igualdade de gênero.

Ainda que seja possível identificar estes dois conjuntos, é necessário questionar a baixa publicação deste tema tão relevante para o desenvolvimento de uma sociedade democrática. No Brasil as ciências sociais têm duas revistas específicas de gênero que regularmente publicam sobre este tema. É preciso analisar o espaço que as publicações hegemônicas dão a estes temas porque ele reflete o espaço que esta temática tão relevante ocupa na área como um todo. Também é necessário compreender que a baixa publicação não é um problema de regularidade momentâneo, porque os dados sugerem que nos doze anos analisados não existe padrão de presença deste tema entre os artigos publicados.

Bibliografia

ABOIM, Sofia. “Da pluralidade dos afetos: trajetórias e orientações amorosas nas conjugalidades contemporâneas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Jun 2009, vol.24, no.70, p.107-122.

ALMOND, Gabriel and Sidney Verba. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1966 [1963].

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. “Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares”. *Dados*, 2008, vol.51, no.4, p.895-939.

ARAÚJO, Cícero. “República e democracia”. *Lua Nova*, 2000, no.51, p.5-30.

ARAÚJO, Clara. “As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais”. *Dados*, 2001, vol.44, no.1.

ARAÚJO, Clara e Celi Scalon. “Gênero e a distância entre a intenção e o gesto”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Out 2006, vol.21, no.62, p.45-68.

ARAÚJO, Clara e José Eustáquio Diniz Alves. “Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas”. *Dados*, 2007, vol.50, no.3, p.535-577.

COHEN, Jean L. “Sociedade civil e globalização: repensando categorias”. *Dados*, 2003, vol.46, no.3, p.419-459.

COSTA, Sérgio. “Democracia cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Out 2003, vol.18, no.53, p.19-32.

DEBERT, Guita Grin e Maria Filomena Gregori. “Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Fev 2008, vol.23, no.66, p.165-185.

DIAS JUNIOR, Cláudio Santiago. “Diferenciais no comportamento reprodutivo das mulheres brasileiras: uma análise a partir dos grupos ocupacionais”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, 2010.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. “Entre marido e mulher, o estado mete a colher: reconfigurando a divisão do trabalho doméstico na Suécia”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Fev 2002, vol.17, no.48, p.173-196.

GUTMANN, Matthew. “O fetiche totêmico da sexualidade masculina: oito erros comuns”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Fev 2009, vol.24, no.69, p.5-20.

INGLEHART, Ronald and Pippa Norris. "The Developmental Theory of the Gender Gap: Women's and Men's Voting Behavior in Global Perspective". *International Political Science Review*, vol. 21(4), 2010, pp. 441-462.

LAVINAS, Lena e Nicoll, Marcelo. “Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco?”. *Dados*, 2006, vol.49, no.1, p.67-97.

LEITE, Marcia de Paula e Silvana Maria de Souza. “Igualdade de gênero e raça no Brasil: uma discussão sobre a política pública de emprego”. *Dados*, 2010, vol.53, no.1, p.195-232.

MARQUES, Danusa e Carlos Machado. “Democracia e desigualdade nas ciências sociais brasileiras - artigos publicados entre 2000 e 2010”. *IX ENCONTRO DA ABCP*, Brasília, 2014.

MATOS, Marlise e Danusa Marques. “Caminhos das discussões acadêmicas sobre o tema de gênero, mulheres e política: em que momento estamos ?”, *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, 2010. Disponível em <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/caminhos-das-discussoes-academicas-sobre-o-tema-de-genero-mulheres-e-politica-em-que-momentos-estamos>.

MATOS, Marlise, Danusa Marques e Laura França Martello. “A produção acadêmica brasileira sobre mulheres nos espaços de poder e decisão - 2000 a 2009”. *Fazendo Gênero 9*, Florianópolis, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. “Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Out 2000, vol.15, no.44, p.91-102.

_____. “Representação democrática: autonomia e interesse ou identidade e advocacy”. *Lua Nova*, 2011, no.84, p.25-63.

MIGUEL, Luis Felipe e Fernanda Feitosa. “O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da câmara dos deputados”. *Dados*, Mar 2009, vol.52, no.1, p.201-221.

MONSMA, Karl. “Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista”. *Dados*, 2010, vol.53, no.3, p.509-543.

MONTALI, Lilia. “Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Fev 2000, vol.15, no.42, p.55-71.

MOUTINHO, Laura. “Condenados pelo desejo? Razões de estado na África do Sul”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Out 2004, vol.19, no.56, p.95-112.

PINTO, Céli Regina Jardim. “Espaços deliberativos e a questão da representação”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Fev 2004, vol.19, no.54, p.97-113.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa e Nelson do Valle Silva. “Cor, educação e casamento: tendências da seletividade marital no Brasil, 1960 a 2000”. *Dados*, Mar 2009, vol.52, no.1, p.7-51.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. “Classe social e desigualdade de gênero no Brasil”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, 2008.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. “Representando corpo e violência: a invenção da "violência doméstica" em Timor-Leste”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Jun 2006, vol.21, no.61, p.133-145.

VITA, Álvaro de. “Liberalismo, justiça social e responsabilidade individual”. *Dados*, 2011, vol.54, no.4, p.569-608.

YOUNG, Iris Marion. “Representação política, identidade e minorias”. *Lua Nova*, 2006, no.67, p.139-190.